

Mulheres na política: de coadjuvantes a protagonistas, o papel das vice-prefeitas na Baixada Santista, Brasil

Mujeres en la política: de coadyuvantes a protagonistas, el rol de las vicealcaldesas en el área de la “Baixada Santista”, Brasil



Luciana Panke
Pós Doutorado em Comunicação Política (UAM), Bolsista Produtividade CNPq, Doutora em Ciências da Comunicação (USP), Professora Pesquisadora da Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Paraná, Brasil.
@lupanke



Aryovaldo de Castro Azevedo Jr.
Pós Doutorado em Ciências da Comunicação (USP), Doutor em Multimeios (Unicamp). Professor Associado do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná, Brasil.
@aryazevedo2

Cómo citar el artículo

Panke, Luciana y Azevedo Jr., Aryovaldo de Castro (2022): «Mulheres na política: de coadjuvantes a protagonistas, o papel das vice-prefeitas na Baixada Santista, Brasil». *Revista Más Poder Local*, 48: 44-65.

Resumo

O crescimento do protagonismo feminino em várias áreas socioeconômicas e culturais encontra barreiras invisíveis, mas sensíveis, quanto ao comportamento de homens e mulheres em relação a ascensão da mulher na sociedade, com evidentes reflexos na política. Este artigo, por meio de pesquisa documental e estudo de caso, complementado por entrevistas em profundidade com três vice-prefeitas eleitas em 2020 na região brasileira conhecida como Baixada Santista, busca compreender a percepção destas destacadas agentes sobre a influência da equidade de gênero nos postos de poder contexto político-eleitoral brasileiro.

Palavras-chave

Comunicação política; eleições 2020; campanha eleitoral; mulheres políticas; Brasil.

Resumen

El crecimiento del protagonismo femenino en diversos ámbitos socioeconómicos y culturales encuentra barreras invisibles pero sensibles en cuanto al comportamiento de hombres y mujeres en relación al ascenso de la mujer en la sociedad, con evidentes repercusiones en la política. Este artículo, a través de una investigación documental y un estudio de caso, complementado con entrevistas en profundidad con tres vicealcaldes electos en 2020 en el área de Brasil conocida como Baixada Santista, busca comprender la percepción de estas destacadas agentes sobre la influencia de la equidad de género en los puestos de mando en el contexto político-electoral brasileño.

Palabras clave

Comunicación política; elecciones 2020; campaña electoral; mujeres políticas; Brasil.

1. Introdução

A delegação de poderes para que representantes eleitos definam políticas públicas caracteriza a maioria dos governos democráticos do mundo, constituídos na forma de democracias indiretas e representativas, em que as decisões políticas não são tomadas pelos cidadãos, mas por representantes eleitos. A princípio, as demandas e interesses cidadãos são representados pelas pessoas eleitas para os legislativos e executivos dos diferentes níveis representativos (cidade, estado ou país).

Entretanto, as relações entre os representantes políticos e os representados cidadãos costumam ser movidas por tensões e questionamentos, crescentemente insuflados pelo enxovalho da atividade política. Os apelos mais destacados na narrativa desta criminalização da política são o caráter fisiologista para a satisfação de interesses particulares, em detrimento do bem comum; o caráter patrimonialista, com a indistinção entre interesse privado e público; o caráter clientelista, com a troca de favores para a realização e obtenção de serviços públicos; o nepotismo, com a nomeação de parentes para cargos públicos, independentemente de sua qualificação (Unodc, 2022).

O relatório *Democracy Index 2020* retrata a crise das democracias liberais, com o aumento de regimes não democráticos em vastas regiões da África e Oriente Médio e redução da qualidade democrática na Europa, América e Ásia. O estudo indica que 23 países vivem em *Democracias Plenas*, 51 em *Democracias Falhas*, 35 em *Regimes Híbridos* e 57 em *Regimes Autoritários* (The Economist, 2021).

O estudo *Pulse of Democracy* realizado pelo Latin American Public Opinion Project (LAPOP) reforça a percepção da crise democrática ao apontar que o apoio aos valores democráticos continua inferior aos níveis da década passada, com pessoas mais tolerantes a lideranças do poder Executivo que concentrem maiores poderes em tempos de crises, bem como mais tolerantes a regimes menos democráticos desde que garantam renda e serviços públicos à população sem, entretanto, afetar a liberdade de expressão. (Lupu, Rodriguez e Zechmeister, 2021).

No Brasil, o Índice de Confiança Social nas Instituições públicas, mensurado pelo Ibope Inteligência entre 2009 e 2020, reforça esta percepção de descrédito na política, apontando as instituições vinculadas à atividade política como as de menor credibilidade. *Partidos Políticos, Congresso Nacional, Governos Municipais, Eleições, Presidente da República e Governo Federal* são as instituições menos respeitáveis, com menos de 50% de avaliação positiva (Aberje, 2019). Isto é corroborado por pesquisa Datafolha que mostra que não confiam ou confiam pouco somam respectivamente 50% e 33% quanto ao Presidente da República, 61% e 35% quanto aos Partidos Políticos, 46% e 49% quanto ao Congresso Nacional (Datafolha, 2021). Neste cenário, cresce a ideia de que interesses de pequenos grupos, que buscam na atividade política apenas exercício do poder, sobrepujando os interesses majoritários da sociedade, desestimula a participação cidadã e descredibiliza a política como atividade essencial na conquista de uma sociedade mais justa e fraterna.

Desde 1997, com a aprovação da Lei de Cotas por gênero de 30% e as seguidas leis afirmativas de destinação de verbas para capacitação de mulheres nos partidos, punição para chapas fictícias, obrigação de Fundo Partidário para financiamento feminino e a consequente pressão social para a efetiva equidade, vem transformando a agenda pública paulatinamente. A entrada de mais mulheres nos espaços de decisão chega em um momento tanto como esperança para a população, para incentivar a participação de mulheres líderes, quanto como «estratégia» para partidos oferecerem novas lideranças à opinião pública como as «vices».

A fim de analisar tais premissas, este artigo se propõe, por meio de pesquisa documental e estudo de caso, com entrevistas em profundidade, observar a percepção das líderes como as vices no processo eleitoral no processo eleitoral brasileiro nas eleições municipais de 2020.

2. Política e partidos

Os partidos políticos são fundamentais para o funcionamento de democracias pois, ao representar diferentes ideologias, de modo a estimular o debate público e a manutenção do pacto social que, sob a letra constitucional, representam a união de convivências entre diferentes, espelhando a pluralidade e diversidade das pessoas, as quais se estabelecem politicamente por causas em comum. Cabe à atividade política organizar, de antemão, as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade *relativa* e em contrapartida às diferenças *relativas* (Arendt, 2004).

Os programas e as diretrizes doutrinárias dos partidos políticos são abrangentes e duradouros, devendo ser amplos o suficiente para englobar os principais temas estruturantes da sociedade, como saúde, educação, previdência, segurança etc., e genéricos o suficiente para que não fiquem defasados e obsoletos com a passagem do tempo, o que gera uma grande dificuldade de diferenciação entre as legendas partidárias (Conceição, 2018; Azevedo Jr., 2021). Esta formalização estrutural é fundante pois cabe exclusivamente aos partidos o lançamento de candidaturas aos cargos representativos em todas as esferas dos poderes Executivo e Legislativo: presidente/a e vice; senadores/as, deputado/as federais, governadores/as e vices; deputado/as estaduais, prefeito/as e vices e vereadores/as municipais.

Justamente aí reside a problemática da inclusão das diferentes realidades nos partidos. Lá começam as exclusões e a manutenção dos mesmos perfis de quem mantem o poder. Raramente se veem pessoas afrodescendentes, mulheres, trans, indígenas, povos originários, portadoras de alguma deficiência. A diversidade não está presente nos partidos, especialmente nas diretorias e nos locais de decisão.

No Brasil, em janeiro de 2022, há 33 partidos políticos registrados junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE): Movimento Democrático Brasileiro (MDB/15); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB/14); Partido Democrático Trabalhista (PDT/2); Partido dos Trabalhadores (PT/13); Democratas

(DEM/25); Partido Comunista do Brasil (PCdoB/65); Partido Socialista Brasileiro (PSB/40); Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB/45); Partido Trabalhista Cristão (PTC/36); Partido Social Cristão (PSC/20); Partido da Mobilização Nacional (PMN/33); Cidadania (23); Partido Verde (PV/43); Avante (70); Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU/16); Progressistas (PP/11); Partido Comunista Brasileiro (PCB/21); Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB/28); Democracia Cristã (DC/27); Partido da Causa Operária (PCO/29); Podemos (PODE/19); Partido Social Liberal (PSL/17); Republicanos (10); Partido Socialismo e Liberdade (PSOL/50); Partido Liberal (PL/22); Partido Social Democrático (PSD/55); Patriota (51); Partido Republicano da Nova Ordem Social (PROS/90); Solidariedade (77); Partido Novo (NOVO/30); Rede Sustentabilidade (REDE/18); Partido da Mulher Brasileira (PMB/35) e Unidade Popular (UP/80).

Para se ter uma ideia, destes 33 partidos apenas três têm mulheres na presidência: O PODEMOS, o Partido Comunista do Brasil e o Partido dos Trabalhadores. A cúpula de todos os partidos não alcança a paridade.

3. Campanhas eleitorais e vices

No contexto eleitoral, a formação de uma chapa para prefeito e vice possibilita a ampliação de associações e percepções sobre a factibilidade de executar promessas de campanha visto que as qualidades das candidaturas costumam se complementar, criando uma perspectiva de atuações que se somam e se integram num leque mais amplo de expectativas despertadas no eleitorado. Vale destacar que na seara eleitoral, a satisfação do cidadão é a sensação de regalo ou desapontamento resultante da comparação entre o desempenho percebido de um gestor e as expectativas da sociedade. Se o desempenho não alcançar as expectativas, o cidadão fica insatisfeito. Se alcançá-las, ele ficará satisfeito. Se o desempenho for além das expectativas, o cidadão ficará altamente satisfeito (Azevedo Jr. e Panke, 2017).

Com o questionamento da reputação partidária, o personalismo toma frente nas decisões de quem comporá a disputa eleitoral. O foco destas organizações volta-se para as lideranças, para os porta vozes dos valores do partido junto a questões de repercussão social que, coincidentemente são as pessoas que dominam a máquina partidária, o destino das verbas vindas do fundo partidário e eleitoral, especialmente as do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas (FEFC), e aos nomes que serão apoiados de forma significativa no período eleitoral, com maior destinação de verbas para o desenvolvimento de uma campanha eleitoral mais eficiente além de espaço destacado na comunicação oficial da legenda, aumentando a chance de sucesso eleitoral (Scheidweiler e Gruneich, 2020). As lideranças femininas dentro dos partidos possuem o desafio não apenas de serem ouvidas, mas de formarem candidatas com potencial de eleição e de, portanto, receberem apoios financeiros e políticos.

Ainda que possam ser vistas como secundárias para o exercício das funções executivas dos municípios, estados ou país, escolher quem está indi-

cado no suporte da gestão, como vice, torna-se fundamental, tanto pela força que pode proporcionar, quanto pelos problemas que pode evitar, assim como pela possibilidade de assumir a cadeira de mando em eventualidades (viagens ou licenças) ou fatalidades (morte ou deposição).

No Brasil, após 21 anos de ditadura civil militar iniciada em 1964, a redemocratização inaugurou a *Nova República* e, desde então, somente três presidentes cumpriram integralmente os mandatos: Fernando Henrique Cardoso (PSDB) entre 1995 e 2002, Luís Inácio Lula da Silva (PT) entre 2003 e 2010 e Dilma Rousseff (PT) entre 2011 e 2016, sendo que esta sofreu *impeachment* em seu segundo mandato e foi substituída pelo vice-presidente Michel Temer (PMDB). Também não cumpriram o mandato integralmente Tancredo Neves (PMDB), falecido antes da posse e substituído por José Sarney (PMDB) em 1985 e Fernando Collor (PRN), primeiro presidente da República a sofrer *impeachment*, substituído por Itamar Franco (PMDB) em 1992. Este breve contexto, tomando o principal cargo da República, indicia a relevância dos vices no contexto político brasileiro, que conta com 27 estados (com o Distrito Federal incluso) e 5570 municípios em que as substituições dos titulares pelos vices é possível.

Assim, mais que mero coadjuvante na aquisição de capital político para uma coligação ou candidatura, muitas vezes cabe ao vice o protagonismo originalmente reservado ao candidato principal, seja por obra do destino, seja pelo contexto político-eleitoral, seja por obra da atuação nos bastidores da política a fim de aumentar sua projeção e poder na definição das diretrizes políticas inerentes ao executivo.

Serrafero (2007 apud Cunha, 2021), argumenta que na governança do poder executivo, a relação entre a liderança principal e os vices pode ser de solidariedade total, solidariedade relativa e a solidariedade crítica. Como qualquer relação humana, e, principalmente, por ser permeada pelos nuances dos interesses políticos, o contexto do relacionamento pode variar, mas não há possibilidade de troca de vice uma vez que nos sistemas presidencialistas o cargo de vice é eleito pelo voto popular em conjunto ao de presidente (ou governador ou prefeito), não sendo possível eventual substituição quaisquer que sejam os dissabores e dissonâncias. No Brasil, conforme aforismo do atual mandatário do Palácio do Planalto, «vice-presidente é como o cunhado: você casa e tem que aturar» (Congresso em Foco, 2021).

4. A eleição de mulheres para os cargos públicos no Brasil

A mescla de chapas com paridade de gênero passa a responder à sociedade como um diferencial, e talvez, como um sinal de esperança de mudanças positivas quanto a equidade e representatividade. Isso promove para as mulheres algum espaço, por outro lado, gera expectativas que podem não condizer com a realidade. Uma mulher eleita pode ser a entrada de uma perspectiva de gestão distinta, mas não necessariamente incorre em transformação estrutural na atividade político-partidária.

A eleição de uma mulher não significa que ela transformará uma realidade penosa em um mundo perfeito, como se fosse um passe de mágica, visto que a política é um processo de construção de consensos, com negociações que viabilizam a implementação gradual de políticas públicas, não a ruptura revolucionária com a imposição de novas diretrizes unilaterais. Entretanto, por si só, o acesso à liderança do Executivo é tão raro que gera grande perspectiva junto à sociedade, a qual deposita nas mulheres grandes expectativas e, conseqüentemente, cobranças acentuadas, geralmente frustradas pela prevalência da *realpolitik* de base androcêntrica e conservadora, mais interessada na manutenção do *status quo* com pequenas mudanças que evitem grandes rupturas.

Fica evidente que a estrutura política vigente alimenta um papel feminino dependente das lideranças masculinas e, esta coadjuvação alimenta e garante o pleno funcionamento do *script* de gênero hegemônico em nossa sociedade e reforça a ideia de que as mulheres são ótimas auxiliares, ao passo que os homens são excelentes governantes (Cunha, 2021: 97).

Em 2018, nas eleições presidenciais, as pesquisas desenvolvidas por Panke (2019) e Cunha (2021) mostram que houve um aumento de mulheres como vices, inclusive em legendas que representam o conservadorismo.

Esse aparente movimento pode revelar mudanças estratégicas nas dinâmicas das legendas: candidaturas femininas atendem às demandas de representatividade, aproximam os candidatos do eleitorado e garantem mais recursos para as campanhas por meio de políticas afirmativas. (Cunha, 2021: 20-21).

Esta observação destaca, além das estratégias de persuasão eleitoral, outro aspecto fundamental em uma campanha: o financiamento. Com as leis afirmativas atuais, a distribuição das verbas partidárias é obrigatoriamente destinada a campanhas femininas, o que aumenta a chance de sucesso eleitoral e de representatividade das mulheres na atividade política (Brasil, 1997).

Desde 1997, quando foi implementada a lei de cotas por gênero, a presença enquanto candidatas passou a ser mais visibilizada no país (Brasil, 1997). Foi necessária legislação afirmativa para que as mulheres passassem de meras figurantes a coadjuvantes no cenário eleitoral. Entretanto, ainda há um longo caminho para atingir o protagonismo político de uma parcela superior a 50% da população.

Na política, a representação feminina no Congresso Nacional ainda é ínfima, inferior a 15%. Foram 77 mulheres eleitas em 2018 para a Câmara dos Deputados e sete mulheres eleitas para o Senado, o que levou a bancada de senadoras para um total de doze representantes (Quevedo, 2020). Um ranking de participação de mulheres no Parlamento elaborado em 2017 pela ONU Mulheres, em parceria com a União Interparlamentar (UIP), colocou o Brasil na 154ª posição entre 174 países analisados (Agência Câmara, 2018).

Nas eleições de 2020, as mulheres foram 33,3% do total de candidaturas para prefeita, vice-prefeita ou vereadora. De um total de pouco mais de 557

mil pedidos de registro de candidatura, cerca de 187 mil foram de mulheres. Mesmo abaixo de uma real representação do eleitorado brasileiro, composto por 52,5% de eleitoras, esses dados são um recorde para as eleições municipais: em 2016, as candidaturas femininas foram 31,9% do total e, em 2012, 31,5%. Entretanto, demonstram a estagnação neste patamar que representa um terço dos atores e atrizes políticos (TSE, 2020 e Agência Câmara, 2020).

Nas disputas para os executivos municipais das capitais brasileiras, somente uma mulher foi eleita, em Palmas/TO e, das 20 cidades onde havia alguma mulher concorrendo no segundo turno, só sete venceram a disputa eleitoral. No total, foram eleitas 658 prefeitas (13%) contra 4.800 prefeitos (87%) pelo país, o que demonstra a assimetria representativa por gênero na política (Martins e Silva, 2020).

5. Baixada Santista

No âmbito deste artigo, onde a presença da mulher na política é analisada, o estudo de caso ilustra a situação encontrada na Baixada Santista, região do litoral paulista composta por nove municípios¹, caracterizada pela diversidade econômica (parque industrial de Cubatão, o Complexo Portuário de Santos e os balneários turísticos das demais cidades da região) que garante uma boa infraestrutura urbana e alta pontuação no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em relação à maior parte das cidades brasileiras, mas com variação interna significativa, reforçando uma das principais características das economias emergentes, onde bolsões de riqueza são cercados por forte exclusão social e demandas por serviços básicos junto ao poder público.

O IDH compara indicadores de países (também estados e cidades) nos itens riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população. Varia de zero (baixo) a um (muito alto) e é divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em seu relatório anual (PNUD, 2020). A métrica do IDH que considera o tripé renda, educação e saúde é mais acurada para mensurar a qualidade de vida de determinada região, sendo um modelo útil para o administrador público.

O Brasil está na 84ª colocação do ranking, com IDH de 0,765. O estado de São Paulo é o líder nacional, com IDH de 0,783. Na região da Baixada Santista, a cidade de Santos possui o maior IDH (0,840), seguida por São Vicente (0,768), Praia Grande (0,754), Mongaguá (0,754), Guarujá (0,751), Peruíbe (0,749), Itanhaém (0,745), Cubatão (0,737) e Bertioga (0,730) (PNUD Brasil, 2010).

De forma geral, os indicadores mostram que a Região Metropolitana da Baixada Santista possui nível de riqueza elevado, entretanto seus indicadores sociais de escolaridade e saúde, apesar de altos, sofrem variações locais

1. Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá, Praia Grande, Bertioga, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe.

que demonstram a importância do desenvolvimento de políticas públicas inclusivas, papel que cabe fortemente às prefeituras das cidades da região.

Neste cenário que caracteriza discrepâncias típicas de países em desenvolvimento, entrevistamos as vice-prefeitas da região a fim de compreender suas perspectivas de desenvolvimento local e regional e a interferência destas variáveis na gestão pública e nas disputas eleitorais.

Pela primeira vez na região, estão eleitas uma prefeita, na cidade de Praia Grande e concomitantemente, três vice-prefeitas. A região tem um histórico, como mostramos a seguir, não apenas de candidaturas masculinas, mas de líderes homens. Nas Câmaras Municipais, não se alcançam sequer 10% de vereadoras e São Vicente, Mongaguá e Itanhaém não tem nenhuma mulher na vereança.

6. Cenário Eleitoral na Baixada Santista em 2020

Baseado nos conteúdos disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE Estatísticas, 2020; TSE Resultados, 2020) foi desenvolvido um sumário com os dados mais relevantes utilizados para o desenvolvimento do artigo, com a indicação de candidaturas a prefeito (a) e vice, vereança e o quantitativo de quem se elegeu. Como será percebido, é uma grande desproporção entre candidaturas masculinas e femininas, sendo que esta discrepância cresce quando se nota a quantidade de mulheres eleitas nas nove cidades da região: são oito prefeitos e uma prefeita; são seis vice-prefeitos e três vice-prefeitas; são 126 vereadores e 11 vereadoras.

6.1. Santos

Cargo	Candidaturas	♂	♀
Prefeito (a)	16	16	0
Vice-prefeito (a)	16	5	11
Vereança	380	312	168
Vereadores (as) eleitos (as)	22	19	3

Prefeito	Rogério Santos (PSDB)
Vice	Renata Bravo (PSDB)
Candidatas a vice-prefeitura	Vania Rodrigues (AVANTE), Nereide Savani (PC do B), Sonia Brunetti (PV), Renata Bravo (PSDB), Lidia Freitas (PRTB), Eneida Koury (PSOL), Prof Márcia Regina (DC), Aurélia Rios (PT), Andréa Maia (CIDADANIA), Professora Cecilia (PDT), Dra. Julia (PSD)

Na principal cidade da região, que possui o principal porto do país, observamos o total apagamento da candidatura feminina como liderança principal em uma chapa. Nenhuma mulher foi candidata à prefeita, ainda que Santos

já tenha tido uma mulher no cargo, hoje vereadora pelo Partido dos Trabalhadores, Telma de Souza. Atualmente, são apenas três vereadoras frente a 19 homens na Câmara Municipal. Conforme veremos no trecho a seguir, na entrevista com a vice eleita Renata Bravo, foi sua primeira campanha eleitoral, ainda que já participasse da política nos bastidores e gestão pública. A realidade de Renata é igual a de muitas brasileiras no que tange a participação política: trabalham, mas não protagonizam. Renata, nas eleições de 2020, observou que sua presença na vice prefeitura inspirava outras mulheres a buscarem seu espaço de voz, tal qual, ela mesmo fez no processo eleitoral.

A chapa encabeçada por Rogério Santos (PSDB) para prefeito e Renata Bravo (PSDB) para vice foi eleita com 50,85% dos votos válidos, garantindo sua condução para quatro anos de gestão, com o destaque para a presença feminina no executivo municipal após 30 anos de exclusividade masculina. Bravo é administradora, com atuação destacada na área de educação, sendo ativa na política há quase duas décadas, onde iniciou por influência do ex-prefeito Paulo Barbosa (PSDB).

Bravo integrava a administração tucana (expressão para integrantes do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB) na cidade junto com o colega Santos, num contexto de liderança municipal da legenda que apresentou coligação² com outros sete partidos da centro direita e, com uso de uma retórica de continuidade, montou uma chapa *psdebista* pura, com representatividade de gênero.

A campanha curta, com ambos os candidatos novatos na política eleitoral, apesar de longa atuação na máquina pública, buscou o diálogo com a população com ações variadas a fim de explicitar a importância da continuidade administrativa, e da representatividade feminina com uma chapa paritária.

Durante a campanha uma das coisas que eu falei muito em reunião para as mulheres que elas precisam participar politicamente não significa de elas serem candidatas, não é isso, mas participar politicamente, no mínimo do bairro que elas moram, tem remédio na policlínica? A escola está ok? Os professores estão indo dar aula? O filho está sendo bem atendido? Ela está precisando de alguma coisa? Tem buraco na rua? Isso é um direito nosso, né, é aquilo que a gente pode fazer, e eu disse para elas, a prefeitura vai ser muito mais eficiente a partir do momento que a gente tiver muito mais gente nos cobrando e nos participando, porque existe uma pouca participação da população como um todo. E eu acho que a gente consegue estimular isso, muito através das mulheres, pelo papel de mãe, pelo cuidado que ela tem e provocar essa discussão. Claro, não é um efeito imediato, mas vamos plantar essa semente agora para as gerações que estão vindo terem essa participação (Bravo, 2021).

Bravo destacou que idealmente não seria necessário a política de cotas para mulheres, mas no mundo real é uma necessidade para garantir a repre-

2. PSDB / REPUBLICANOS / PP / DEM / PSL / PODE / PL / PSB.

sentatividade feminina, o que tem sido considerado na gestão do município, onde Bravo ressalta que há preocupação com a presença de mulheres em cargos diretivos, bem como na instauração de políticas públicas, como aquela que combate a pobreza menstrual, com a prefeitura agregando o pedido de doação de absorventes dentro da campanha do agasalho e também direcionando parte do orçamento da secretaria de educação para a aquisição e distribuição entre as alunas da rede municipal.

Apesar de identificar algumas situações de misoginia durante sua carreira, Bravo alega nunca ter valorizado tal postura, o que pode indicar inteligência emocional para lidar com atitudes machistas presentes no cotidiano das mulheres (brasileiras e latinas) e reforçar a importância da presença feminina também na política.

Magoa, mágoa, quando se fala por exemplo: você não entende de política. O que é não entender de política? O que significa isso? Né, isso para mim eu questiono, claro, puxa, ninguém nasceu sabendo, ninguém nasceu sabendo, você tem formas de aprender, você tem formas de vivenciar e as vezes nos podemos estar na mesma situação eu vou vivenciar de uma forma e você vai vivenciar de outra, nós temos olhares diferentes, né, e por isso teremos aprendizado diferente, e as vezes o teu aprendizado vai complementar o meu, né, então como é que você diz para uma pessoa: você não sabe fazer isso? Eu tenho 50 anos, é uma vida para chegar nesse raciocínio, nem sempre é assim, nem sempre os dias são com tanta autoconfiança, mas eu percebo que toda vez que a gente volta para lembrar qual é a minha meta, o que eu me propus, né, porque quando eu recebo um convite: olha, acho que seria uma representatividade boa se você sáísse como vice-prefeita. O estomago aperta, dá um aperto no coração e você pensa, opa, será? E exatamente vem a pergunta, mas porque não? Por que que eu não posso ir? Porque que eu, eu não posso me bloquear, eu não posso eu matar os meus sonhos, né, eu posso ir, vou tropeçar, vou errar, mas eu vou, né.(...) Eu gosto de trabalhar, então, de fato, não parei para pensar nessa questão específica da representatividade feminina né, eu trabalhava e fazia o meu melhor, tal, e agora eu sinto isso conhecendo outras mulheres, essas outras mulheres que são lideranças de comunidade e que representam outras mulheres e que eu faço questão de ir conversar ajudar, e outro dia uma delas me disse: Renata, quando as minhas mulheres estão caídas eu falo para elas a Renata está lá por nos então vamos levantar que a Renata precisa da gente (Bravo, 2021).

De forma geral, Renata Bravo destaca que muitas mulheres acabaram entrando na política mais pelos seus atributos femininos do que pelos seus atributos intelectuais, e aponta a necessidade de que as mulheres precisam ser respeitadas pela sua capacidade intelectual e competência profissional. Se o ingresso de mulheres na atividade política costuma se dar por apadrinhamento de algum político veterano, é no desenvolvimento do trabalho árduo junto às comunidades que as mulheres políticas vão consolidando sua respeitabilidade e liderança, num processo que não tem mais retorno e reafirma

a importância da equidade de gênero e da meritocracia. Bravo é a primeira mulher presidente do diretório municipal do PSDB em Santos.

6.2. Guarujá

Cargo	Candidaturas	♂	♀
Prefeito (a)	10	9	1
Vice-prefeito (a)	10	4	6
Vereança	385	260	125
Vereadores (as) eleitos (as)	17	16	1

Prefeito	Dr. Válter Suman (PSB)
Vice	Dra. Adriana Machado (PSD)
Candidatas a vice-prefeitura	Dra. Roseli Veiga (PODE), Sueli Rodrigues (PSOL), Dra. Adriana Machado (PSD), Sara Barroso (DC), Andrea Ferreira (PSDB), Marcela Maria (REDE)

Assim como em Santos, a vizinha Guarujá teve a maioria das candidaturas para vice preenchida por mulheres, com a diferença de que houve uma candidata à prefeita, Luciana Salituri (Patriota), que recebeu 1.912 votos (1,28% do total). Apenas uma vereadora eleita e outra que assumiu posteriormente por vacância do titular. A vice-prefeita, Adriana Machado, é médica, assim como o prefeito, comentou na entrevista que aceitou o convite do colega de profissão por confiar em seu trabalho e por ser uma nova forma de contribuir com a cidade que a acolheu no início de sua carreira. Também foi a primeira experiência em campanha eleitoral e em gestão executiva municipal.

A chapa encabeçada por Válter Suman (PSB) para prefeito e Adriana Machado (PSD) para vice foi eleita com 75,68% dos votos válidos, garantindo a recondução do prefeito para mais quatro anos de gestão, agora com uma vice mulher. Machado tem atuação na área de saúde pública como médica ginecologista, o que lhe garante forte presença assistencial numa cidade caracterizada pelo abismo social entre riqueza e pobreza extremas.

Machado não cogitava a atividade política formal na sua já estabelecida carreira de médica concursada pelo sistema público de saúde brasileiro (SUS), até ser sensibilizada pelo colega de chapa em 2019, quando o contexto eleitoralurgia pela união entre o PSB do prefeito Suman e outro partido relevante na coligação³ composta junto a outras treze agremiações unidas em torno de sua gestão.

Assim, Machado se filiou ao PSD, em característico pragmatismo na adesão a partidos políticos que costuma caracterizar as coligações eleitorais no Brasil, o que enfraquece a identidade dos partidos junto à população pois

3. PSB / PSD / PROS / PP / PDT / PT / MDB / PL / PTC / PCdoB / SOLIDARIEDADE / PTB / PSC / PV.

não há valorização ou mesmo discriminação de viés ideológico ou programático da legenda.

Além da representatividade partidária na coligação, o fato de ser mulher também corroborou para alavancar a chapa por uma perspectiva de paridade de gêneros, situação que favorece na adequação das normas da legislação eleitoral e, principalmente, na demanda por visibilidade e representatividade feminina.

Machado demonstra preocupação quanto a seriedade de sua atuação na política, atividade a qual associava a comportamentos que poderiam degenerar para o clientelismo, o que reforça o descrédito generalizado na sociedade. Destaca que a gestão pública é complexa, principalmente por conta das amarras legais como licitações, órgãos de controladoria, verbas contingenciadas e pela potencial transitoriedade da implantação de políticas públicas municipais que podem mudar conforme o resultado eleitoral, o que muitas vezes atrapalha o planejamento de longo prazo e o desenvolvimento de políticas permanentes de prestação de serviços para a comunidade.

A vice-prefeita enfatizou a dificuldade de trabalhar com orçamentos que não possibilitam o atendimento universal das demandas da população e a necessidade de estabelecer prioridades, muitas vezes deixando de atender situações importantes, mas inviáveis de serem respondidas pela falta de recursos. Ela valoriza em sua postura a abertura para as mudanças sociais, criticando qualquer tipo de discriminação social, racial, de gênero e notabiliza em suas falas a importância da ética e da meritocracia, em todas as áreas da sociedade, mas principalmente no serviço público, o que reforça a percepção contemporânea de que transparência e competência são valores crescentemente universais.

Quanto à disputa eleitoral de 2020, Machado destacou o pouco tempo de campanha e a dificuldade deste processo no meio da pandemia, onde a chapa mesclou atividades *online* com atividades presenciais, apesar de ambos serem médicos e favoráveis ao distanciamento social, inclusive apoiando o adiamento das eleições. Mas a realidade da disputa os compeliu a realizar atividades presenciais a fim de mostrar para as pessoas as ações em andamento, as pretensões e projetos, com:

a valorização das relações humanas em detrimento de pirotecnias eleitoreiras, como campanha com show midiático, essas coisas. Acho que não precisa mais disso, acho que as pessoas precisam conhecer os projetos o que a pessoa tem intenção de fazer ou não, com bastante reuniões (...) foram mais de 300, com candidatos que tinham ligação com projetos interessantes. Bastante reunião presencial com menos gente, todo mundo de máscara, todo mundo com álcool gel já que não tinha vacina ainda na época (Machado, 2021).

Quanto à representatividade das mulheres na política, Machado ressaltou a capacidade feminina que transcende a questão de gênero, mas é por esta influenciada de modo a reforçar as qualidades que fazem das mulheres pes-

soas com aguçada e efetiva capacidade administrativa, inclusive na gestão pública:

(...) eu brinco que alguém falou que o vice prefeito trabalha pouco, não sei aonde, porque eu, a Renata e a Sandra⁴ a gente já conversou bastante, a gente até está montando um grupo a gente trabalha muito, primeiro porque mulher não consegue ficar parada, né, você sabe como é que é, a mulher não consegue, a vida inteira a gente teve jornada dupla, né, que ele trabalha na rua e trabalha em casa, não tem para onde correr, a mulher ficou muito profissional, a gente vem de uma pegada diferente e sempre foi, é que a gente não dava valor, serviço de casa pensa, é igual enxugar gelo, já percebeu? (...) Então assim, é igual enxugar gelo, mulher cuida de casa, cuida de filho e ainda trabalha fora, então assim, a gente realmente é, eu brinco que o nosso lóbulo direito e esquerdo conversa, porque de homem, você o manda fazer um negócio ele tem que fazer um pra depois fazer outro, ele não consegue conversar um com o outro, já percebeu? (...) assim quer um conselho? quem quiser se meter na vida pública, primeiro seja você, seja ético tenha princípio, né, trabalhe com a alma com o coração e acredite nas suas verdades venha trabalhar aquilo que você acredita pra você (Machado, 2021).

De forma geral, Adriana Machado demonstra a incipiência feminina na política, muito causada pela percepção negativa que esta atividade gera na sociedade e que serve de bloqueio para que neófitos a abracem com atuação formal nas estruturas político partidárias. A isto se soma a predominância masculina nos partidos e na burocracia estatal, que apresenta resistência ao acolhimento de mulheres principalmente quando estas tornam-se protagonistas, não somente assistentes ou assessoras, o que é característico do preconceito e da misoginia que ainda afetam a cultura brasileira atual e, como Machado também destacou, só será mudado com investimento numa educação mais inclusiva, num processo contínuo de longo prazo. Até isto acontecer, ela destaca a relevância de sua atividade, principalmente com a conscientização sobre subrepresentatividade de gênero na política e da confiança que mulheres depositam em seu desempenho enquanto uma mulher-líder.

6.3. São Vicente

Cargo	Candidaturas	♂	♀
Prefeito (a)	8	5	3
Vice-prefeito (a)	8	6	2
Vereança	366	254	112
Vereadores eleitos	15	15	0

4. Vice-prefeitas de Santos e São Vicente, respectivamente.

Prefeito	Kayo Amado (PODE) vence no segundo turno com 56,30% dos votos.
Vice	Sandra Conti Da Costa (DEM) foi eleita vice-prefeita.
Candidatas a vice-prefeitura	Profa Lourdinha (PSB), Sandra Conti da Costa (DEM). * Solange Freitas(PSDB) obteve 41,47% dos votos em primeiro turno, contra 33,95% de Kayo Amado (PODE). Mas foi derrotada no segundo turno.

No caso de São Vicente, é importante mencionar que uma das candidatas à prefeitura, Solange Freitas (PSDB) foi ao segundo turno contra ao atual prefeito, Kayo Amado (PODE). No município se destaca também o fato de apenas duas candidatas a vice e nenhuma vereadora eleita. A vice Sandra Conti, funcionária pública da área de saúde, havia participado das eleições 2016 como candidata à vereadora e comentou sobre os desafios de fazer uma postulação porta a porta, sem financiamento. Nas eleições 2020, sua visibilidade foi destacada quando houve o segundo turno e o diferencial de chapa paritária era estratégico.

A chapa liderada por Kayo Amado (PODE) para prefeito e Sandra Conti (DEM) para vice foi eleita com 56,30% dos votos válidos no segundo turno, realizando uma virada sobre a líder no primeiro turno, Solange Freitas (PSDB), que acabou derrotada com 43,70% dos votos válidos. Conti é funcionária pública, com formação em gestão pública e atuação destacada na área de saúde por mais de duas décadas, sendo ativa na política somente desde 2016, quando entrou para a política influenciada por um amigo que a orientou sobre a necessidade de vinculação a um partido político. Escolheu o PSDB, por onde concorreu ao legislativo estadual e, apesar de não ser eleita, foi a segunda mulher mais votada naquela eleição, mesmo com uma campanha não profissionalizada e com pouco suporte oferecido pelo partido.

Isto a cacifou para concorrer à vereança de São Vicente, quando foi convidada para compor, pelo DEM, a chapa com Amado, em coligação entre Podemos, Democratas e Avante, que procuravam uma mulher como parte da estratégia eleitoral de renovação na política. A campanha foi marcada por ações de rua, em praças, igrejas e, apesar da pandemia, Conti ressaltou que o olho no olho foi fundamental na campanha, complementada por ações digitais nas redes sociais, conceito incorporado à gestão municipal a fim de melhorar a relação com os cidadãos.

Originalmente Conti tinha uma percepção negativa da atividade política, vinculando-a a comportamentos pouco éticos, patrimonialistas e clientelistas e, por isso, resolveu atuar na política institucional, como forma de combater tais desvios. Já como vice-prefeita em exercício, manifesta a preocupação com a temática feminina, apontando atitudes discricionárias e machistas e a necessidade de implementar ações integradoras, que fujam do estereótipo subserviente feminino. Assim, estimula projetos de empreendedorismo que garantam a saúde financeira das mulheres:

O PPF que eu já te falei que isso é o que eu quero tocar, isso é o que questão de honra, esse projeto porque é a vida das mulheres sabe, a gente precisa levar isso e a gente já está elaborando o projeto para sair, outra coisa que a gente falou muito foi o empreendedorismo feminino, eu não acredito, eu não acredito, que uma mulher consiga sustentar sua família pintando pano de prato. Me desculpa, isso não entra na minha cabeça. E aí como eu, em toda minha vida, sempre fui de fazer tudo, eu já botei piso, eu já subi parede, eu já botei gesso...eu faço essas coisas, inclusive traz quando eu vinha concorrer, eu já fazia esses vídeos mostrando, «olha mulherada, é assim que a gente faz, é assim que a gente põe um piso, assenta um piso», eu tenho vários vídeos gravados. Vamos colocar no empreendedorismo feminino uma capacitação para mulheres na construção civil, por dois motivos: primeiro pelo monetário mesmo né, porque assim, cada obra que você faz, por menor que ela seja, uma obrinha que você vai demorar três dias para fazer, você ganha 800 reais, que você pegue, vai dez obras assim no mês, você já conseguiu manter sua casa, e muito bem. E outra coisa também é o motivo de segurança, muita mulher não contrata homens porque as vezes moram sozinhas, são aquelas senhorinhas e não sabem quem vai colocar dentro da sua casa, e se a gente tivesse mulheres que fizessem isso, seria melhor (Conti, 2021).

Atualmente Sandra Conti ainda percebe como o preconceito interfere até mesmo no ato de votar. Muitas vezes as mulheres não votam nas próprias mulheres, por acharem que são inexperientes, que os homens são mais talhados para a atividade política e reforça que isto só vai sofrer uma mudança quando as novas gerações forem educadas sob o preceito da equidade de direitos, independente de gênero ou raça.

6.4. As outras cidades

6.4.1. Bertioga

Cargo	Candidaturas	♂	♀
Prefeito (a)	8	6	2
Vice-prefeito (a)	8	7	1
Vereança	160	102	58
Vereadores (as) eleitos (as)	9	7	2

Prefeito	Caio Matheus (PSDB) foi eleito para prefeito com 50,80% dos votos
Vice	Marcelo Vilares (DEM) foi eleito vice-prefeito.

Ainda que a maioria das candidaturas de Bertoga seja masculina, assim como nos demais municípios, a cidade se destaca por, proporcionalmente, possuir o maior número de vereadoras da região. Dos nove representantes, duas são mulheres, chegando a 25% das cadeiras. A porcentagem corresponde à média latino-americana, revelando a ínfima presença de representação feminina nestes espaços municipais, não apenas no Brasil, mas em toda a região.

6.4.2. Cubatão

Cargo	Candidaturas	♂	♀
Prefeito (a)	9	8	1
Vice-prefeito	9	9	0
Vereança	330	222	108
Vereadores (as) eleitos (as)	15	14	1

Prefeito	Ademário (PSDB)
Vice	Ivan Hildebrando (PSB) foi eleito como vice-prefeito

Os números de Cubatão nos mostram praticamente a ausência de candidatas ao executivo, tanto como cabeça de chapa, tanto como vices. Na vereança, apenas uma vereadora, do total de 15 na casa.

6.4.3. Praia Grande

Cargo	Candidaturas	♂	♀
Prefeito (a)	8	5	3
Vice-prefeito (a)	8	3	5
Vereança	504	338	176
Vereadores (as) eleitos (as)	21	18	3

Prefeito	Raquel Chini (PSDB)
Vice	Reco (PSDB)
Candidatas a vice-prefeitura	Profa Franci Labegalini (PODE), Patricia da Fogarely (PRTB), Indaiá Dias (PSL), Julie Lua (PSOL), Lúcia Santos (PT)

Praia Grande é a única cidade da Baixada Santista com uma prefeita. Tentamos contato com ela, mas não conseguimos a entrevista durante a pesquisa de campo. Na disputa outras mulheres estavam no páreo, apontando paridade entre vices e líderes da chapa. Apesar disso, a Câmara Municipal tem pouco mais de 10% de representação feminina.

6.4.4. Mongaguá

Cargo	Candidaturas	♂	♀
Prefeito	5	5	0
Vice-prefeito (a)	5	4	1
Vereança	200	134	66
Vereadores eleitos	13	13	0
Prefeito	Márcio Cabeça (REPUBLICANOS)		
Vice	Rafael Redó (DEM)		

Sem candidatas à prefeitura, sem vereadoras eleitas e apenas uma candidata à vice, Mongaguá se destaca pelo conservadorismo. Os dirigentes atuais são de partidos centro-direita e chama a atenção de que mesmo com pouco mais de 30% de candidatas nenhuma tenha se eleito. O fato aqui e em outros municípios da região merece uma investigação aprofundada para ver a qualidade das campanhas eleitorais, seu respectivo financiamento assim como conhecer o comportamento do eleitorado.

6.4.5. Itanhaém

Cargo	Candidaturas	♂	♀
Prefeito (a)	8	6	2
Vice-prefeito (a)	8	7	1
Vereança	260	195	95
Vereadores eleitos	10	10	0
Prefeito	Rodrigo Dias (SOLIDARIEDADE)		
Vice	Rafael Redó (DEM)		
Candidata a vice-prefeitura	Graça (PT)		

Outra cidade sem nenhuma vereadora, Itanhaém teve duas candidatas à prefeitura - Cristiane Forssell (PODE) e Poliana Fé (Psol), além de uma concorrente à vice, Graça (PT).

6.4.6. Peruíbe

Cargo	Candidaturas	♂	♀
Prefeito (a)	9	8	1
Vice-prefeito (a)	9	6	3
Vereança	323	221	102
Vereadores (as) eleitos (as)	15	14	1

Prefeito	Luiz Mauricio (PSDB)
Vice	André De Paula (DEM) foi eleito vice-prefeito
Candidata a vice-prefeitura	Professora Claudia (PATRIOTA), Paty Bailão (PP), Isabel Azevedo (PT)

Mesmo com uma candidata a prefeita, entre nove candidaturas e metade dos vices eram mulheres, em Peruíbe a gestão também é apenas masculina. Na Câmara Municipal, repete-se a situação de ter menos de 10% de representatividade. Apenas uma mulher está como vereadora atualmente.

7. Considerações finais

O longo caminho que assegure visibilidade e representatividade proporcionais ao papel da mulher na sociedade vem sendo percorrido com crescente ativismo em variadas áreas sociais, com reflexos na atualização da legislação eleitoral e agenda pública. A naturalização dos espaços de voz nos locais de decisão e das conquistas femininas em geral, quanto a equidade de direitos com os homens, é desejada e sinalizada como objetivo em escala mundial.

Isto é explicitamente destacado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, conjunto de 17 objetivos globais para eliminar a pobreza extrema e a fome, oferecer educação de qualidade, proteger o planeta e promover sociedades pacíficas e inclusivas (o item 5 destaca a igualdade de gênero). Estes conceitos são a base da Agenda 2030, acordo firmado pelos 193 Estado-membros da ONU, que envolve as três dimensões do desenvolvimento sustentável –social, ambiental e econômica– e podem ser colocados em prática por diferentes atores sociais, como governos, empresas, sociedade civil organizada e, por cada cidadão comprometido com o futuro do planeta (ONU, 2021).

No estudo de caso apresentado no paper, a criação de sociedade mais justa e igualitária e, por isso, mais sustentável, como aponta a proposta da ONU, ainda está longe da meta proposta para 2030. Com municípios sem nenhuma vereadora eleita atualmente, e outros sem histórico de participação feminina, mesmo sendo uma região desenvolvida do país. Falta um profundo trabalho de educação social para mudança de percepção do eleitorado quanto à valorização feminina nos cargos públicos.

Focando no aspecto Social quanto a representatividade feminina e no aspecto Governança quanto a transparência e a ética, estes valores são demandados pela sociedade e inspiram ao estabelecimento de mais justiça social e mais efetividade administrativa, que deve ser mais focada no desenvolvimento de bem-estar social que em conceitos meramente econômicos.

Estes valores foram constatados junto às três políticas entrevistadas, que valorizaram em suas posições a necessidade de dirimir demandas sociais com mais efetividade administrativa, o que infere valorização da governança pública a fim de aumentar, na sociedade, a percepção de ações estatais desenvolvidas em prol daqueles mais carentes.

Também expuseram dúvidas quanto a atividade política, refletindo uma percepção social, retratada em variadas pesquisas, que associa a política com comportamentos pouco éticos ou, quiçá, corruptos. Fato este que alegam tê-las afastado da atividade política e, paradoxalmente, as encorajado em atuar ativamente junto à população, o que resultou no posterior ingresso na política partidária a fim de mudar as estruturas de poder em seu âmbito e, assim, fazer a diferença e realizar ações mais impactantes nas comunidades em que atuavam.

A experiência política prática tem demonstrado que a criminalização da política é fruto de uma percepção distorcida, que não considera dificuldades administrativas e a realidade econômica das prefeituras, que tem de optar entre o atendimento de demandas sociais variadas e relevantes, mas nem sempre possíveis de serem encampadas pela administração municipal.

O pragmatismo político eleitoral é percebido quando as mulheres candidatas são estimuladas por políticos que pretendem aproveitar a tendência de equidade de gêneros e, não só por questões legais, mas por entender a necessidade de cessão de maior espaço feminino também na política a fim de obter retorno eleitoral. Assim, realizam composições partidárias nas quais o acerto envolve a escolha de vices mulheres, ainda garantindo a cabeça de chapa aos homens, mas possibilitando um espaço de poder antes pouco acessível às mulheres.

Esta predominância masculina nas disputas eleitorais reflete no próprio desenho da máquina pública, onde há uma desproporcional sub-representação feminina nas Câmaras Municipais e em cargos diretivos do Executivo. Entretanto, as entrevistadas reforçam que os avanços da mulher na sociedade tendem a prosseguir, mas que a equidade entre gêneros é um trabalho de longo prazo que requer resiliência, perseverança e uma educação inclusiva que desconstrua estereótipos de gênero.

Referências bibliográficas

- Aberje (2019, 12 ago): «Brasileiro está mais confiante nas instituições, diz ICS do Ibope Inteligência». Disponível em: <https://www.aberje.com.br/brasileiro-esta-mais-confiante-nas-instituicoes-diz-ics-do-ibope-inteligencia/>. Acesso em: 06 jan 2022.
- Agência Câmara (2018): «A representação feminina e os avanços na legislação». *Agência de Notícias da Câmara Federal*, 15 out. Disponível em: <https://cutt.ly/ERBwE38>. Acesso em: 10 out 2021.
- Agência Câmara (2020): «Secretaria da Mulher divulga estudo sobre participação feminina nas eleições deste ano». *Agência de Notícias da Câmara Federal*, 20 out. Disponível em: <https://cutt.ly/RRBwTS6>. Acesso em: 10 out 2021.
- Arendt, H. (2004): *O que é Política?* Rio de Janeiro: Bertrand.
- Azevedo Jr., A. C. e Panke, L. (2017): «Marketing e Política: desenvolvimento de uma metodologia de análise para a construção de marcas de partidos políticos». In: *Natureza, consumo e sociedade*, (1ed). Goiânia: Editora da UFG, v. 1, (pp. 150-170).

- Azevedo Jr., A. C. (2021): «Fake news e as eleições brasileiras de 2018: o uso da desinformação como estratégia de comunicação eleitoral». *Revista Más Poder Local*, 44: 81-108.
- Blackwell, R. D.; Miniard, P. W. e Engel, J. F. (2005): *Comportamento do Consumidor*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Brasil (1997): *Lei 9.504. Brasília, 30 set. 1997*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 10 jan 2022.
- Bravo, R. (2021): «Vice-prefeitas». *Entrevista concedida a Luciana Panke em 28 jul 2021*.
- Conceição, G. R. (2018): *Políticas públicas e partidos políticos. Monografia de Especialização em Gestão Pública*. UFSJ: São João del-Rei (MG). Disponível em: <http://dspace.nead.ufsj.edu.br/trabalhospublicos/handle/123456789/284>. Acesso em: 07 jan 2022.
- Congresso em Foco (2021): «Bolsonaro: Mourão é como cunhado que você tem de aturar». *Congresso em Foco, 27 jul*. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/bolsonaro-mourao-e-como-o-cunhado-que-voce-tem-de-aturar/>. Acesso em: 09 jan 2022.
- Conti, S. (2021): «Vice-prefeitas». *Entrevista concedida a Luciana Panke em 29 jul 2021*.
- Cunha, S. M. S.(2021): «A participação das candidatas à vice-presidência de 2018 nos debates eleitorais audiovisuais». *Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Paraná*. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/72594/R%20-%20D%20-%20SILVIA%20MARIA%20DA%20SILVA%20CUNHA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09 jan 2022.
- Datafolha (2021): «Cai confiança da população nas instituições e nos três Poderes». *Folha de São Paulo, 24 set*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/datafolha-cai-confianca-da-populacao-nas-instituicoes-e-nos-tres-poderes.shtml>. Acesso em: 06 jan 2022.
- Hipola, G. e Castaños, S. (2021): «Las emociones como estrategia de comunicación en las elecciones europeas de 2019: VOX». *Revista Más Poder Local*, 43: 20-27.
- Lupu, N.; Rodriguez, M. e Zechmeister, E. (2021): *Pulse of Democracy. LAPOP Americas Barometer, Nashville*. Disponível em: https://www.vanderbilt.edu/lapop/ab2021/2021_LAPOP_AmericasBarometer_Pulse_of_Democracy.pdf. Acesso em: 06 jan 2022.
- Machado, A. (2021): «Vice-prefeitas». *Entrevista concedida a Luciana Panke em 02 ago 2021*.
- Martins, F. B. e Silva, V. R. (2020): «No segundo turno, nenhuma capital elegeu uma mulher para a prefeitura». *Gênero e Número, 30 nov 2020*. Disponível em: <https://generonumero.media/eleicoes2020/>. Acesso em: 10 out 2021.
- ONU (2021): *Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. Nações Unidas Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 30 dez 2021.
- Panke, L. (2019): «A (in) visibilidade feminina nos processos de decisão pública (Prefácio)». In: *Gênero e Resistência*, v2. Porto Alegre: Editora Fi. Disponível em: https://www.academia.edu/45570966/A_in_visibilidade_feminina_nos_processos_de_decis%C3%A3o_p%C3%BAblica. Acesso em: 26 abr 2021.
- Panke, L. (2021): *Campañas electorales para mujeres* (2ª ed). Buenos Aires: La Crujia.
- Panke, L. (2021): «Candidatas Guerreiras no Brasil: um estudo de caso das narrativas audiovisuais das mulheres mais votadas às prefeituras das capitais em 2020». *Revista*

Cuestiones de género, de la igualdad a la diferencia. Disponível em: <http://revpubli.unileon.es/ojs/index.php/cuestionesdegenero/index>. Acesso em: 04 set 2021.

PNUD (2020): *2020 Human Development Report (HDR). United Nations Development Programme*. Disponível em: <https://hdr.undp.org/en/2020-report#:~:text=The%202020%20Human%20Development%20Report,planet%20in%20a%20fairer%20world>. Acesso em: 30 dez 2021.

PNUD Brasil (2010): *Índice de Desenvolvimento Humano. United Nations Development Programme*. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em 30 dez.2021.

Quevedo, J. P. (2020): «Avançar a Representação Feminina nas Eleições?» In: *Eleições 2020: Comunicação eleitoral na disputa para prefeituras*. Campina Grande: EDUEPB, (pp. 83-99).

Ribeiro, P. (2004): «Campanhas eleitorais em sociedades midiáticas: articulando e revisando conceitos». *Revista de Sociologia e Política*, 22: 25-43.

Scheidweiler, G. e Gruneich, D. (2020): «Para Onde Vai o Dinheiro». In: *Eleições 2020: Comunicação eleitoral na disputa para prefeituras*. Campina Grande-PB: EDUEPB.

Serrafero, M. D. (2007): «Vicepresidencia efímera y ruptura anunciada: el caso de la Alianza». *Anales de la Academia Nacional de Ciencias Morales y Políticas*, pp. 5-31.

Silva, F. e Marques, F. (2012): «Internet e partidos políticos no Brasil: Impactos organizacionais e discursivos da comunicação partidária online». *Anais do XIV Congresso de Ciências da Comunicação Região Nordeste. Recife, jun. 2012*. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2012/resumos/R32-1525-1.pdf>. Acesso em: 30 de jan 2022.

The Economist (2021): «Democracy Index 2020: In sickness and in health?». Disponível em <https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2020/>. Acesso em: 06 jan 2022.

TSE: Partidos políticos registrados no TSE. *Tribunal Superior Eleitoral*. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse>. Acesso em: 09 jan 2022.

TSE Estatísticas (2020): «Estatísticas Eleitorais». *Tribunal Superior Eleitoral*. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 19 out 2021.

TSE Resultados (2020): «Resultados». *Tribunal Superior Eleitoral*. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/#/eleicao/resultados>. Acesso em: 19 out 2021.

UNODC (2022): «UNODC e Corrupção». *United Nations Office on Drugs and Crime*. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/corrupcao/index.html>. Acesso em: 05 jan 2022.